

Dependerá a Paz do Poder Aquisitivo do Operário?

JEAN MAURICE LAYOLLE

Os principais problemas para os quais a sociedade tem de encontrar soluções aceitáveis se quiser sobreviver, apresentam tal interdependência que não é possível estudar alguns deles ignorando completamente os outros. Assim é que, quando se costuma tratar de economia e finanças, se é levado a examinar as questões chamadas "sociais" em vista da repercussão que estas exercem sobre aquelas.

Se a nossa geração não destruir a humanidade, é provável que o recuo do tempo mostre ao homem do porvir a nossa época numa visão de conjunto que o fará compreender claramente os motivos profundos do caos no qual nós estamos vivendo e os métodos que teremos empregado para salvar-nos; então se perceberá também que, entre os problemas vitais cuja solução é indispensável para recuperarmos estabilidade, aqueles referentes ao problema social foram dos mais importantes. Uma comparação permitirá entender melhor a incidência destes sobre a nossa época agitada.

Se uma doença grave atinge um organismo, nada é mais urgente de que debelá-la; quando porém irrompem doenças sucessivas, já não é suficiente eliminá-las à medida de seu aparecimento; é preciso também compreender que os micróbios nocivos proliferam tanto só porque o estado geral é precário, e enquanto este não tiver melhorado a ponto de devolver ao organismo sua capacidade de resistência contra os males que o ameaçam, os piores perigos serão de reccer.

Assim há várias décadas o mundo moderno anda padecendo de crises gravíssimas e tem de arrostar perigos sucessivos, porque alguns oportunistas, ávidos de o dominar para o maior interesse ou a maior satisfação de pequenos grupos de aproveitadores, não o incitam a evoluir e melhorar, mas a praticar destruições e, em troca das suas liberdades adquiridas a preço elevado, não proporcionam melhora alguma ao seu estado.

Cada um dos novos flagelos sempre acarreta uma guerra, e nesse domínio também a operação cirúrgica é cada vez mais perigosa; é pois bem tempo de empenharmo-nos em melhorar o que está errado na nossa estrutura e em encontrar soluções adequadas para os problemas sociais de maior importância se quisermos tornar os povos menos receptivos aos sucessivos micróbios em

ismo que os espreitam e evitarmos assim guerras futuras.

Dentre os problemas de índole social cuja solução é mais premente por causa da incidência direta que têm sobre o estado moral das classes trabalhadoras, mencionaremos em primeiro lugar:

a habitação das pessoas pouco abastadas, e o poder aquisitivo dos salários.

Esses dois problemas, aliás, estão intimamente ligados, dependendo a solução do primeiro, em grande parte de ser ou não satisfatória a que fôr dada ao segundo. Nasceram eles também das mesmas causas, ou seja, o transtorno que, no fim do século XIX, a ordem estabelecida sofreu em consequência do nascimento e, mais tarde, do desenvolvimento prodigioso da grande indústria; um dos resultados decorrentes desses dois fatores foi o fato de enormes massas de trabalhadores, até então espalhados pelos campos e ocupados na lavoura, terem-se deslocado para as cidades, onde serviriam de mão-de-obra à indústria e comércio.

Antigamente o alimento era produzido no local e quase nada custava; a moradia reduzia-se apenas a um telhado; os gastos para vestuário eram insignificantes e as diversões, muitas vezes, gratuitas: assim, como necessitassem de muito pouco dinheiro para viver, os trabalhadores conformavam-se com salários ínfimos.

Hoje em dia, ricos e pobres moram lado a lado nas cidades e essa promiscuidade torna constante a comparação. A alimentação, a roupa e a habitação chegaram a ser caras e, para cúmulo de tudo isso, o homem inventou e produziu fatores de bem-estar, de conforto e de prazer (rádios, cinemas, geladeiras, cozinhas modernas, automóveis, etc.) cuja posse é bastante tentadora, mas só se adquire com muito dinheiro.

Perderíamos um tempo valioso em discutir sobre o valor relativo da felicidade, seja segundo a fórmula antiga ou a nova, em sustentar, conforme pensam alguns, que o estado de selvagem era ideal para o homem... Mas aquêle que busca soluções aceitáveis para os nossos problemas atuais tem de permanecer realista; ora, dentro do real, o problema exato que surge para nossas gerações é o seguinte:

Já que a evolução reuniu os homens em massas compactas, em que são flagrantes as oposições, já que se procura instruí-los e, por conseguinte, desenvolver-lhes o poder de reflexão, já que o progresso os incita a tornarem-se cada vez mais materialistas, que uma propaganda contínua se esforça por oferecer-lhes mil comodidades muito sedutoras, — numa palavra, já que se faz tudo para que a massa chegue ao cúmulo dos seus desejos e supostas necessidades, é preciso encontramos meios de tornar-lhes acessível uma parte razoável do que se lhe oferece; do contrário, competiremo-nos de que a nossa sociedade perecerá.

A habitação:

Um homem que, não sendo completamente desprovido de coração, visita os bairros chamados “populosos” das grandes cidades modernas, realmente não pode orgulhar-se de nossas gerações, as quais encontraram soluções aos problemas mais abstratos, se envaidecem com as descobertas sensoriais e, contudo, não se revoltam contra o fato de que a maioria das populações urbanas mora em pardieiros.

Graças à ciência, consegue-se ainda, às vezes, que essa miséria não gere demasiadas epidemias; mas que vacina poderá impedir que se torne o campo de cultura ideal de inveja e, depois, do ódio?

Não há dúvida de que, para que as classes laboriosas pudessem desfrutar alojamentos decentes, seria necessário dispor de capitais consideráveis. Agora, suponhamos que sobrevenha uma guerra, e somas muito mais importantes ainda serão encontradas para financiá-la, pois não seria mais inteligente gastá-las, em tempo de paz, para acometer os incômodos que geram os conflitos, do que deixar perpetuarem-se guerras que arruinam e aviltam o mundo?

Se forem exatas as informações recentes de um jornal francês, o custo de uma divisão blindada seria de aproximadamente duzentos milhões de dólares, ou seja, quatro bilhões de cruzeiros; admitindo-se que a moradia adequada de que deveria dispor cada família de operários venha a custar trezentos mil cruzeiros, ou seja, cinqüenta a sessenta mil pessoas, ao preço de uma só divisão blindada.

Trata-se, aliás, não mais de gastar sacrificando o capital nem de dar moradias gratuitas, mas de permitir que cada casal modesto adquira o seu próprio lar a prestações. Quando todas as famílias de operários ou empregados possuírem em plena propriedade a moradia decente em que hão de viver, os aproveitadores de revoluções acharão muito mais dificuldades em recrutar sua clientela.

Mas a fim de que as classes modestas sejam capazes de gastar em habitações e alimentos e, em geral, para que as comodidades, o conforto e as diversões que se lhes oferecerem sejam acessíveis à sua bolsa numa medida razoável, devem elas dispor de um poder aquisitivo su-

ficiente; todo o problema social depende, portanto, do seguinte ponto capital:

Encontrar a solução, ou as soluções, que permitam ao assalariado receber, como preço do trabalho, um salário que represente um poder aquisitivo decente.

A primeira solução que ocorreu aos homens de governo foi extremamente simplista: decretaram altas obrigatórias de salários.

Sendo naturalmente muito importante a incidência do salário sobre os preços de custo da indústria e comércio, essas elevações depressa acarretaram aumento dos preços, o que motivou novo aumento de salários, seguido este de outra elevação dos preços; assim o ciclo infernal, cuja principal vítima há alguns anos tem sido a Europa, há de prosseguir até a catástrofe, se não se encontrar solução melhor, — pois essa, de todo modo, não vale nada.

O Estado Paternalista nasceu de outra maneira de encarar o problema. A fim de evitar essa corrida — salários-preços, preços-salários, etc. — certos países pretenderam reduzir as necessidades financeiras dos assalariados fazendo-lhes presentes sob diversas formas, como assistência médica e farmacêutica, educação e instrução dos filhos; alguns, para conseguir isso, até oneraram as finanças nacionais com os deficits dos transportes públicos, compraram produtos de primeira necessidade, como a farinha, para revendê-los (a preço abaixo do custo) aos consumidores, e houve outras soluções-panacéias.

O inconveniente disso é que são dispendiosas e sem base todas essas liberalidades do Estado benfeitor. Não podendo as finanças nacionais fugir à obrigação de pedir aos contribuintes do dinheiro necessário para cobrir as despesas, o resultado é que aquilo que o povo recebe com u'a mão a título de presente, o devolve com a outra, ora diretamente sob forma de impostos, ora indiretamente porque o custo geral de vida aumenta ao elevarem-se os impostos. Enfim, a situação do povo não melhorou em nada, e o ter êle abandonado ao Estado suas prerrogativas de “ente adulto” foi em vão.

Essa política de intromissão cada vez mais íntima do governo na vida privada do indivíduo entorpece consideravelmente a máquina pública dando pretextos a multiplicar os funcionários e, por outro lado, tira ao homem o sentido da responsabilidade sem proporcionar-lhe, em troca, melhora material alguma; mas é também o cunho de um dos graves erros dos países democráticos, os quais, até agora, falhos de imaginação e bom senso, só têm procurado amparar-se contra o comunismo, praticando o comunismo êles próprios; a insatisfação crescente que dela resultou testemunha bem o valor desses métodos.

Orientaram-se então os políticos para um sistema que não resiste à análise, mas ia encontrar ampla aceitação no povo porque é dirigido contra aquêle que nossos demagogos gostam de injusta-

mente apresentar ao assalariado como o inimigo público número um: o patrão.

Disseram pois às classes trabalhadoras: "Todos os seus males vêm de o patrão enriquecer-se à custa de vocês; doravante vocês vão participar nos lucros da empresa e tornar-se ricos também".

Que desta vez não se acusem as concepções de serem tímidas nem de temerem a novidade; de uma só penada suprimem-se o patronato e conjuntamente o assalariado; o mundo inteiro só se compõe doravante de sócios (associados, naturalmente, apenas nos lucros); começou a idade de ouro!

Se essa fôsse realmente a idade áurea, daríamos pleno apoio a êsse método. Infelizmente, aquêles que apoiam são precisamente os mesmos que só têm razão de existir enquanto persiste a discórdia; êles estão bem seguros agora, pois como poderiam concordar os novos sócios — o chefe de empresa e o pessoal —, cujos interesses estarão em oposição contínua?

Para alguns assalariados, o lucro é um dado concreto, fácil de se estabelecer e não sujeito a discussões: a soma das receitas perfaz um total de X, a das despesas, um total de Y; uma simples subtração indicará a importância dos lucros.

Se isso fôsse tão simples, as escolas de contabilidade poderiam fechar as portas e os contabilistas seriam inúteis, pois qualquer pessoa capaz de somar e subtrair seria competente para dirigir os serviços contábeis das maiores empresas.

Na realidade, as noções de amortização, reservas, valor de substituição e muitas outras ainda conferem à contabilidade moderna, e principalmente ao balanço, uma complexidade inevitável, e os resultados daí decorrentes, denominados "lucros e perdas", são essencialmente abstratos.

Suponhamos o caso mais fácil, aquêle em que se defrontam apenas sócios de boa fé: um deverá gerir sadiamente a empresa e o outro, muito legitimamente aliás, desejará receber, em cada balanço, a parte mais elevada possível; sua situação respectiva, por si mesma, os obrigará a achar-se em constante conflito, — e aqui mencionamos apenas o caso de sócios de boa fé...

Em consequência, o primeiro resultado fatal será um desentendimento permanente entre a direção e o pessoal. Mas quem fala ainda em direção? Ela não existe mais.

Se houver participação nos lucros, é bem normal que tudo o que tiver podido contribuir a fazer com que os mesmos variassem seria de suma importância para o interessado, o qual, em consequência, exigiria que se possa discutir acerca dêles e recorrer ao veto: eis que nasce o soviete.

Além disso são concludentes as experiências que, há alguns anos, têm sido empreendidas em diversas partes do mundo e que consistem em tirar às administrações privadas certos negócios lucrativos para confiá-los à administração do governo: na maioria dos casos, êsses mesmos negócios tornam-se deficitários, precisamente porque o governo, o "Estado", equivale a toda gente.

Quando a indústria e comércio privados forem também dirigidos por toda gente, isto é, por ninguém, não haverá mais lucros.

E' evidente que êsse nivelamento, por um ponto baixo, poderá satisfazer aos incapazes e invejosos, mas construir o mundo para agradar a essa categoria de indivíduos certamente não será o meio de tornar os povos mais felizes.

Depois de assim expor que as fórmulas até agora adotadas não conseguiram melhorar a sorte das classes laboriosas, pode-se explicar êsses fracassos ao verificar que a maioria das providências a que se recorreu foi tomada com u'a mentalidade partidária, uma preocupação de demagogia e sem qualquer lógica.

Se se quiser realmente achar as fórmulas convenientes, é preciso evitar que se caia nos mesmos erros e admitir, como ponto de partida, o princípio absoluto de que, não podendo o homem realizar milagres, o "trabalhar pouco e ganhar muito" é, pelo menos na nossa época, um lógro. Nessas condições, e encarando os fatos com realismo, deve-se dizer que se o homem que vive do próprio trabalho tem o desejo legítimo de poder aproveitar razoavelmente as vantagens que oferece a vida moderna, tem de, obrigatoriamente, fornecer um "rendimento" que justifique o salário de que precisa.

Ora, se é certo que freqüentemente o assalariado ganha pouco demais para levar uma existência decente, o seu rendimento, na maioria das vezes, é tão medíocre que não permite melhor retribuição.

Para provar essa verificação não nos limitaremos a mencionar as administrações públicas do mundo inteiro, em que quantidades sempre crescentes de funcionários oferecem o exemplo flagrante da retribuição concedida por hora de presença inútil, embora êsse exemplo já deva bastar para que as pessoas clarividentes e de boa fé admitam que é materialmente impossível pagar-se um salário suficiente em troca de rendimento tão reduzido. Citaremos também as empresas privadas, que obtêm do seu pessoal um rendimento menos mau do que aquêle que a administração pública consegue dos seus funcionários, porém completamente insuficiente em relação a uma média razoável.

Qual a testemunha imparcial, acostumada a visitar estaleiros, oficinas ou escritórios, que não tenha verificado que a maior parte de um dia chamado "de trabalho" decorre, para um número excessivo de pessoas, em tagarelices, sonhos ou bocejos que permitem esperar a hora da saída? Êsse hábito de gastar o tempo em vez de trabalhar prejudica a todos, e o assalariado com certeza não tem razão em abandonar-se a êle; mas o mesmo se generaliza só porque o sistema de remuneração, quando unicamente baseado na hora-de-presença, é um erro psicológico que fatalmente devia acarretar êsse resultado.

Para chegar-se a que o assalariado ganhe mais sem que se elevem os preços de custo e, por-

tanto, sem que a vida encareça, é indispensável que seu tempo-de-presença seja mais bem empregado, e para conseguir-se isso é preciso criar-lhe um estímulo, sendo o melhor meio interessá-lo pecuniariamente em que suas horas de trabalho fiquem mais produtivas; daí a idéia do "salário-rendimento".

Objetarão alguns que, se se aumentar o rendimento dos assalariados, tôdas as firmas ocuparão menos empregados e que a isso se seguirá o desemprego.

E' certo que as emprêsas que adotam o salário-rendimento necessitam de pessoal menos numeroso para realizar o mesmo volume de produção e podem eliminar os elementos menos bons; mas ao generalizar-se êsse sistema, cada assalariado, cujo poder aquisitivo aumentou, há de gastar mais; por conseguinte vende-se mais e a superprodução tornar-se-á necessária para satisfazer aos pedidos, o que permitirá dar trabalho a todos.

De modo particular, nos países cujo desenvolvimento econômico está ainda longe de atingir seus limites máximos, o perigo de desemprego não se apresenta. *Nesses países, ainda mais que em outros, pode-se resumir o segredo do progresso econômico e social numa palavra só: produzir.*

Isso é evidente hoje em dia. Suponhamos porém que, no século vindouro, as máquinas se tornem tão aperfeiçoadas que possam suprir o homem em quase todos os trabalhos e dêem tal rendimento que se possa pagar muito apesar de ser cada individuo encarregado apenas de vigiar as máquinas; mesmo então será preferível estabelecer uma proporção entre o tempo-de-presença de cada um e o trabalho efetivo que deverá fornecer, o que surtirá melhor efeito do que impor presença prolongada a um pessoal ocioso, pois nada é mais nefasto do que acostumarmo-nos a malbaratar o tempo.

Mas não antecipemos. Aos nossos netos caberá encarar as complicações da sua época tais como se apresentarem então; as nossas já são bastante delicadas. Ora, no estado de coisas atual, o homem que desejar receber um salário adequado só o conseguirá produzindo suficientemente.

Não tencionamos dar a êsse problema complexo a solução única, tanto menos quanto, nos seus pormenores, os dados podem variar segundo os lugares e as circunstâncias; afirmamos somente (e essa asserção é provada pela experiência) que o sistema que consiste em dar ao assalariado participação no rendimento costuma resultar em que, a partir de então, um mesmo grupo de assalariados receba remuneração bem superior sem que se aumentem as horas de presença e haja necessidade de elevar o preço da mercadoria.

As linhas mestras dêesses métodos, tais como vamos expô-las, não são fruto de elocubrações da fantasia, mas a conclusão de experiências práticas tentadas no mundo e que, na maioria dos casos, funcionam dando a maior satisfação aos assalariados bem como aos chefes de emprêsas.

Antes de tudo convém precisar qual o espírito que tem de presidir tôda idéia de trabalho baseado no rendimento.

Nos países sob regime comunista, o assalariado geralmente é retribuído apenas em função do que produz e a tabela de salários é calculada de modo a que o mesmo consiga receber um mínimo vital apenas se fornecer trabalho intenso. Nos países democráticos, ao contrário, o fito não é obrigar o homem a trabalhar até o limite das suas forças, mas levá-lo a fornecer rendimento conveniente, deixando-lhe liberdade bastante para que produza e ganhe mais e garantindo-lhe, como mínimo, seu salário anterior, baseado no tempo-de-presença.

Além disso, para que êsse sistema de remuneração não só atinja o fim principal, que consiste em aumentar o poder aquisitivo, mas também dê resultado de ordem moral, pelo fato de desenvolver no assalariado o sentido de comunidade de emprêsa, é bom interessá-lo, não no seu rendimento pessoal, encarado isoladamente, mas naquele do grupo a que pertence, como seção, oficina ou estaleiro, etc. Nessa ordem de idéias, para que o espírito de cooperação e de solidariedade mais facilmente se concretize, será preciso evitar que cada grupo abranja número excessivo de membros.

Finalmente, o processo escolhido deve ser o mais simples possível, a fim de que o trabalhador nunca tenha a impressão de ser prejudicado; deve-se prever que os interessados sejam regularmente postos a par do rendimento de seu grupo bem como das vantagens que o mesmo lhes proporciona. Importa também que a remuneração seja distribuída o mais breve possível.

Havendo assim especificado, muito por alto, com que espírito essas questões precisam ser encaradas, resta-nos determinar as linhas mestras de aplicação prática, quer se trate de operários e técnicos quer de empregados e em todos os degraus da hierarquia.

1.º Indústria.

Sendo representado por dados concertos, o rendimento geralmente é fácil de calcular.

Uma usina ou uma fábrica é dividida em oficinas distintas; se se decidir adotar nela o salário-rendimento, estabelece-se para cada oficina um coeficiente de base conforme os dados do ano anterior, resultando êsse coeficiente da relação entre:

valor dos produtos ao sair da oficina	X
salários pagos na oficina	Y
proporção entre Y e X	Z

Os interessados continuarão recebendo seus salários e ordenados nas datas costumeiras e segundo as bases até então vigentes.

No começo de cada mês serão afixados os resultados do precedente:

valor dos produtos ao sair da oficina;
salários pagos na oficina;
relação.

Se a relação fôr igual a zero ou se fôr negativa (proporção maior de salários), o pessoal da oficina não receberá suplemento algum.

Se a relação fôr positiva (proporção menor de salários), o conjunto da oficina será creditado com um valor-salário que restabelecerá a relação Z e cada interessado receberá sua parte proporcionalmente aos salários individuais.

No caso de usina ou fábrica nova, poder-se-á obter, seja pelas emprêsas similares, seja pelos sindicatos e câmaras sindicais de profissão, os dados destinados a determinar o coeficiente que permitirá calcular depois o salário-rendimento.

Os contramestres, engenheiros e chefes de serviços que controlarem ou dirigirem grupos de oficinas terão os salários fixos divididos entre suas oficinas proporcionalmente à importância de cada um, e caber-lhes-á, em função dos resultados de cada oficina, uma parte igualmente proporcional de salário-rendimento.

2.º *Serviços gerais e comerciais.*

Nestes serviços, quer dependam de uma indústria quer de uma emprêsa puramente comercial, o rendimento é mais difícil de avaliar porque corresponde a dados mais abstratos. O melhor termo que encontramos para definir a parte que cabe a cada empregado em função de sua colaboração no andamento da emprêsa, é o de "dividendo de atividade econômica".

Em consequência, independentemente dos ordenados fixos, o pessoal dos escritórios receberá um "dividendo" proporcional à atividade que o serviço ao qual pertence tiver desenvolvido nas realizações econômicas da emprêsa.

Para calcular-se a parte devida a cada um, divide-se o pessoal em equipes correspondentes a um serviço, ou seja, a uma atividade determinada.

O dividendo de atividade econômica calcula-se, para cada equipe, em percentagem dos salários do serviço relacionados com o total das entradas de dinheiro e no início de cada mês afixam-se os resultados do mês anterior, ou seja:

entradas de dinheiro do mês;
ordenados globais do serviço.

Como no caso dos operários, o coeficiente da base foi determinado no início do novo sistema. Tôdas as vezes que o coeficiente mensal fôr positivo em relação ao básico, cada empregado receberá um dividendo proporcional ao seu ordenado e ao seu tempo de presença no serviço durante o período em aprêço.

Em consequência os dias de ausência e de doença, quando o interessado não contribui ao trabalho do grupo, não figuram na sua conta, ao passo que participa nos resultados mesmo durante as férias porque todos gozam delas.

Embora seja mais difícil ajustar a fórmula aos escritórios do que às oficinas, é suficiente procurá-la com toda boa fé e com o desejo sincero de chegar a alguma coisa de equitativo para que se consiga adaptar cada caso particular à idéia geral

que acabamos de sugerir, e que propomos com tanto mais confiança quanto, há vários anos, numerosas emprêsas começaram a praticá-la e acham-na proveitosa.

Adaptando-se êsse método aos escritórios, é evidente que o resultado não será tão rápido como nas oficinas. Logo, porém, que alguns grupos tiverem percebido que há entre êles pesos mortos de pouca eficiência e que se poderia, sem grande esforço, passar sem os mesmos para assegurar o andamento do serviço, e quando souberem que lucrarão com a economia de salários assim realizada, far-se-á naturalmente uma seleção destinada a eliminar os pesos mortos. Mudando de serviço ou de emprêsa, os preguiçosos saberão que doravante será preciso trazer ao trabalho comum uma contribuição adequada se não quiserem que seus colegas, por própria iniciativa, os classifiquem entre os indesejáveis; pela prática se vê que essa solidariedade de grupo, baseada no interesse comum, surte os melhores efeitos.

Em certos países, o salário-rendimento foi completado por um prêmio de fidelidade; cada empregado e operário beneficia-se com um coeficiente tanto mais vantajoso quanto maior é sua antiguidade no estabelecimento.

Entretanto, algumas legislações específicas podem torná-la de difícil aplicação. Assim, p. ex. no Brasil, encontramos uma lei cujo objetivo fundamental foi bom, pois ela se propõe proporcionar ao assalariado empregado no prazo de dez anos a certeza de conservar o emprêço. Infelizmente, alguns empregam mal essa vantagem.

Em conclusão, as dificuldades que até agora se opuseram à instauração de um mundo melhor são principalmente de ordem moral. O homem carece de objetividade, e ao examinar os problemas a resolver, fá-lo muitas vezes com opinião preconcebida; divide arbitrariamente a sociedade em clãs, que êle chama de classes e atribui ao seu todos os méritos, aos outros todos os vícios. Naturalmente, o mesmo indivíduo, quando o êxito o faz subir a outra classe de há muito cobçada ou a má sorte o coloca numa posição inferior, não demorará em vilipendiar todos quantos antigamente louvava, ou proclamar os méritos exclusivos daqueles que desprezava.

Essa mentalidade é ideal para preparar-nos o mais sombrio porvir.

Mas se se desejar sinceramente chegar aos meios próprios para tornar melhor a breve passagem que o homem faz pela terra, será melhor admitirmos lealmente que o próximo não é pior que nós, seja cheia ou vazia sua bolsa, e que os homens de boa vontade formam, apesar de tudo, a grande maioria do mundo.

Aquêles que pertencem às chamadas classes dirigentes porque o destino quis que nascessem mais abastados, mais inteligentes ou mais felizes, devem convencer-se de que sua condição privilegiada lhes impõe mais deveres do que aos outros e também mais responsabilidades pelo fato de

os métodos adequados ainda não haverem sido descobertos.

Quanto aos outros, é legítimo seu desejo de aproveitar razoavelmente uma vida melhor. Mas não pretendam escutar os demagogos com a esperança de ganhar mais, trabalhando pouco, e de mau humor: contribuirão a matar uma sociedade que certamente não é perfeita mas pode ser melhorada e, de todo modo, vale mais do que a escravidão para a qual são convidados.

Procuramos demonstrar que é perfeitamente

possível às diversas camadas sociais viverem em concórdia e elaborar juntas as normas que tornam a vida melhor para os homens de boa vontade.

Se, depois disso, alguns continuarem recusando seu concurso porque preferem a vida miserável ao trabalho produtivo, estão no direito de escolher para si essa existência. Mas não nos venham falar em destruir a sociedade se êsse resultado importar em assassinar milhões de seres humanos para a única satisfação dos preguiçosos e invejosos.

